

POLITECNIA: MODELO DE ENSINO LIBERTADOR

Suelen Kobayashi Costa

Doutoranda da Faculdade de Educação – UNICAMP

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um outro modelo de educação, como alternativa de superação ao ensino dualista, regido pelos interesses do sistema capitalista. Para tal, será exposta a proposta do ensino politécnico, apoiada em alguns pesquisadores marxistas. Também buscaremos responder a seguinte pergunta: em que sentido o ensino politécnico supera não só o modelo de competências, mas todos os outros modelos de ensino presentes na formação do trabalhador? Nesse sentido, será utilizado como referencial teórico metodológico o materialismo histórico-dialético, apoiado no critério de que este referencial centra-se principalmente na apreensão radical da realidade. Dentro desse referencial realizaremos uma revisão bibliográfica, buscando apresentar vários estudos sobre o determinado tema. Por fim, podemos concluir que a educação politécnica leva o homem ao pleno desenvolvimento de suas habilidades, visto que, permite o total acesso ao conhecimento produzido socialmente.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Trabalho; Politecnia.

INTRODUÇÃO

A educação em nosso país foi e tem sido um tema em disputa. Kuenzer (2007) em suas discussões apresenta que o setor educacional no Brasil é dualista, ou seja, podemos observar claramente dois tipos de escolas, uma para a classe burguesa e outra escola para a classe trabalhadora. O intuito nosso de educadores que querem a melhor educação para toda a parcela da população mundial é além de apresentar o quadro crítico da educação, apresentar também um modelo de educação que supere esta dualidade que a cada ano vem aumentando mais.

Esta educação deve ser defendida com intuito de permitir o livre desenvolvimento do ser humano enquanto tal, ou seja, como ser não alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana. Porém, Sousa Junior (1999) salienta que para que isso aconteça é necessário que tais propostas de uma educação preocupada com a formação inclusive dos trabalhadores devem partir da realidade concreta, a qual é marcada pela exploração principalmente de crianças e mulheres trabalhadoras e por processos de trabalhos extremamente divididos que, por sua vez, prejudicam essa classe. Deste modo, diante desta situação tão precária em que a classe trabalhadora se encontra, é necessário buscar o melhor meio real para a formação dos trabalhadores e assim contribuir da maneira mais eficiente para a sua construção enquanto sujeito social que tem um potencial revolucionário.

Neste contexto de precarização do saber, Ivana Jinkings (2005) apresenta que István Mészáros, defende a educação libertadora no sentido de tornar o homem liberto da educação para o trabalho alienante imposta pela classe dominante que tem como objetivo torná-lo dominado. Esta educação:

[...] teria como função transformar o trabalhador em um agente político que pensa, que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico (p. 12).

Este é o sentido político-pedagógico da educação politécnica defendida pelos marxistas. Ela tem uma origem na educação socialista que pretende ser omnilateral, no sentido de formar o ser humano na sua integridade. No entanto, segundo Justino de Souza Junior (1999), esta proposta deve partir da realidade concreta, a qual é marcada por uma exploração acentuada da classe operária e por trabalhos extremamente divididos. Isso acarreta na dificuldade de uma formação educacional omnilateral que permita o livre desenvolvimento do homem como ser não alienado. Com relação a esta formação, Sousa Junior (ibid.) acrescenta que:

[...] é na ação sobre o mundo que o homem se afirma como tal, no entanto ele precisa atuar como um todo sobre o real, com todas as suas faculdades humanas, todo seu potencial e não como ser fragmentado, pois só assim, ele poderá encontrar-se objetivado como ser total diante de si mesmo (p. 109).

Assim sendo, este estudo busca apresentar a educação politécnica como o melhor meio para a formação dos trabalhadores dentro do capitalismo. Educação esta, como afirma Marx em Sousa Junior (ibid.), que surge como meio para que os trabalhadores dominem os fundamentos científicos, teóricos e práticos dos diversos processos de trabalho. Para Marx, esta educação somada à dimensão intelectual e à dimensão prática deveria elevar a classe trabalhadora acima das demais, principalmente porque combinaria duas dimensões importantes do processo de trabalho ausentes na formação dos filhos da burguesia, ou seja, o maior domínio teórico e prático dos processos produtivos.

2 METODOLOGIA

Este trabalho será tratado a partir da perspectiva crítico-dialética e utilizará o referencial teórico metodológico do materialismo histórico-dialético. A abordagem

crítico-dialética foi escolhida para fins deste estudo, pois esta questiona essencialmente a visão estática da realidade vivida, além também de se preocupar com a ação, categoria epistemológica fundamental, com a transformação da realidade, querendo mostrar os conflitos entre interesses históricos de classes. Esse tipo de abordagem revela um interesse transformador das situações ou fenômenos pesquisados, resgatando sua dimensão sempre histórica e apresentando suas possibilidades de mudança (GAMBOA, 2000).

O referencial marxista irá fundamentar este trabalho, apoiado no critério de que este referencial centra-se principalmente na apreensão radical da realidade, ou seja, ele vai à raiz do problema e não simplesmente fica no idealismo ou no fenômeno da realidade implícita. Além do mais, a dialética materialista histórica é uma postura, ou concepção de mundo, método e práxis, isto é, a unidade entre teoria e prática na busca da transformação no plano do conhecimento e também da realidade histórica (FRIGOTTO, 2000).

3 A EDUCAÇÃO POLITÉCNICA

Segundo Sousa Junior (op. cit.), Karl Marx, ao se posicionar sobre uma proposta de educação apresenta que esta nasce a partir de um objetivo fundamental, que é o de abolir as relações burguesas e construir as condições materiais que permitam o livre desenvolvimento do homem, enquanto ser não alienado e dotado de uma formação verdadeiramente humana, onilateral.

O conceito de onilateralidade se refere a uma formação completa do homem, que só será possível com a ruptura da sociedade burguesa. Tal formação depende da relação entre o homem não alienado e a natureza e das relações livres que os homens livres estabelecem entre si. Sendo assim, “a onilateralidade se mostra como uma totalidade de determinações que só se efetivam numa sociabilidade livre, pois [...] é uma totalidade de manifestações humanas que, como tal, apenas se constrói na totalidade das relações estabelecidas pelos homens” (ibid. p. 107-108).

Para Sousa Junior (ibid.), na proposta de Marx os conceitos de politecnicidade e onilateralidade mesmo sendo distintos se complementam. A politecnicidade diz respeito a um modelo de formação do indivíduo trabalhador, inserido na sociedade capitalista, como uma proposta educacional que possibilite a elevação desses explorados acima

da classe burguesa. A onilateralidade se refere à formação do homem que se libertou das imposições da sociedade burguesa, que representa uma formação ampla do homem enquanto ser livre que se constrói em relações livres.

Desta maneira, como ainda permanecemos imersos em uma etapa da história da sociedade humana, na qual é impossível o surgimento e a exigência de um homem completo, ou seja, de formar o homem onilateral, meu enfoque será dado à formação politécnica.

Primeiramente, é necessário pontuar que a educação antes do capitalismo não estava voltada ao processo produtivo, portanto, não era necessário um ensino sistematizado, pois o conhecimento neste período era transmitido na família, no campo, ou nas oficinas dos artesãos. Com o modo de produção capitalista tudo isto mudou. Criou-se uma negação do acesso de parte dos indivíduos ao conhecimento historicamente produzido, reforçando assim a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (BARALDI, 2006).

Sendo assim, a escola passa a ter como função dois exercícios contraditórios. O primeiro seria o de formar o cidadão burguês que, por sua vez, deverá buscar ampliar sua participação cultural, política e econômica, enquanto produtor e consumidor na sociedade. O segundo seria o de formar o cidadão proletário que, por sua vez, exercerá funções no processo produtivo, cujas tarefas estão sendo cada vez mais simplificadas devido ao avanço científico e tecnológico (ibid.).

Segundo Acácia Kuenzer (ibid.), nas escolas brasileiras, esta ambigüidade é ainda mais crítica, visto que, a maioria dos trabalhadores não tem acesso a qualquer tipo de saber sistematizado. Neste sentido, ser da classe proletária reflete a situação de expropriado, de objeto, que nada mais tem do que a sua força de trabalho, pela qual assegurará sua sobrevivência. Assim, o trabalho como a escola é ao mesmo tempo qualificador e desqualificador, educativos e deseducador.

É partindo da dualidade estrutural da educação no capitalismo que nasce a preocupação de um novo projeto político-pedagógico voltado para o ensino politécnico, sendo a formação marxista que se iniciou dentro do movimento operário como resposta à contradição social do capital.

O controle do capital através da organização do trabalho e dos mecanismos de apropriação do seu saber apareciam como expressão político-pedagógica dos conflitos de classe. Em contrapartida, cabia pensar num

projeto político-pedagógico contra-hegemônico para fortalecer os trabalhadores pelo domínio do saber e da qualificação. A superação do ensino profissionalizante e a proposta de uma escola unitária, politécnica, apareceram como um projeto político, como uma estratégia de classe (SILVA, 1991 apud, BARALDI, op. cit., p. 78.).

Gramsci (2000), neste sentido, irá apresentar em seus estudos a proposta de uma escola unitária. Unitária entendida como escola comum a todos, única de modo que prepare, de maneira igual, todos os indivíduos para as mesmas oportunidades profissionais e desinteressada na concepção de uma educação que possibilite a absorção e assimilação pelo educando de todo o conhecimento acumulado historicamente que deu origem a sociedade em que ele está inserido.

De início ela seria de cultura geral, humanista no sentido amplo e não apenas em sentido tradicional, formativa, caracterizada pelo equilíbrio justo entre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e de trabalhar intelectualmente. E somente depois de repetidas experiências de orientação profissional, passaria para uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

O mesmo autor (ibid.) irá enfatizar que um dos assuntos essenciais desta proposta diz respeito ao currículo escolar em seus vários níveis, de acordo com a faixa etária e com o desenvolvimento cognitivo dos alunos e também com os princípios que a escola pretende alcançar. Sendo assim, alguns aspectos devem ser mencionados, como por exemplo, a escola unitária deve assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de amadurecimento e capacidade para a educação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.

Para que a escola unitária se concretize em qualquer país, é necessário que o Estado assuma as despesas que ficam a cargo da família, no que diz respeito à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja modificado o orçamento da educação nacional, ampliando-o e tornando-o mais complexo, deixando de ser privada e tornando-se totalmente pública, pois somente desta maneira irá abarcar ambas as classes sociais, acabando com a respectiva dualidade.

Juntamente com esta transformação da atividade escolar, é necessária a ampliação da organização prática da escola, isto é, a infra-estrutura, o material pedagógico, o corpo docente, entre outros. Segundo Gramsci (ibid.), em particular, o corpo docente deveria ser aumentado, visto que a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação professor-aluno é menor. Também a questão da infra-

estrutura não é simples, pois este tipo de educação deveria ser de tempo integral, com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas adequadas para o trabalho de seminários, o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, entre outros recursos.

Gramsci (ibid.) acrescenta ainda que a escola unitária deveria corresponder às escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao método de ensino, mas também no que se refere à disposição dos vários graus da carreira escolar. Acrescenta ainda que se desenvolverá paralelamente à escola unitária uma rede de creches e outras instituições nas quais as crianças se habituem a uma certa disciplina coletiva e adquiram noções e aptidões pré-escolares.

Ele apresenta que nesta escola, a última fase deve ser a fase decisiva, na qual procuram criar os valores fundamentais do humanismo, em seu sentido amplo e não apenas no sentido tradicional daqueles ensinados para os dirigentes, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessária a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico ou prático-produtivo.

No que diz respeito ao princípio educativo, Gramsci (ibid.) escreve que:

O conceito e o fato do trabalho é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho [...] cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo para a compreensão do movimento e do devir [...] (p. 43).

Por fim, o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho manual não apenas na escola, mas em toda esfera social. O princípio unitário irá refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo.

Com respeito ao princípio educativo, afirma Kuenzer (op. cit.) que a escola deverá alicerçar seu projeto pedagógico sobre o eixo trabalho enquanto atividade teórico-prática responsável pela transformação do atual ensino e também enquanto expressão da unidade entre ciência e produção. Assim, a formação do novo trabalhador assegurará o ensino tanto da teoria como da prática no seu nível mais elementar. Deste modo, esta formação tecnológica ou politécnica, será profissional, mas não manual. Sendo assim, deve-se buscar uma escola então que relacione conhecimento e produção, ou, que relacione humanismo e profissionalização.

Uma educação politécnica leva o homem ao pleno desenvolvimento de suas habilidades, visto que, permite a este homem o total acesso ao conhecimento produzido socialmente. Vale salientar que esta concepção de educação esteve presente no projeto educacional da Revolução Russa de 1917 e também já havia sido apresentada, por Karl Marx, criador do materialismo histórico-dialético, como uma necessidade social para se chegar a uma sociedade socialista (BARALDI, op. cit.).

Para reafirmar isto, Lucília Machado (1984 apud, ibid.) cita em seus estudos que, no entendimento de Marx, a educação politécnica seria a única capaz de elevar o ensino da classe trabalhadora, dando continuação ao movimento dialético de ruptura da atual sociedade. Sendo assim:

[...] o ensino politécnico seria, por isso, fermento de transformação: contribuiria para aumentar a produção, fortalecer o desenvolvimento das forças produtivas, e intensificar a contradição principal do capitalismo (entre socialização crescente da produção e mecanismos privados da apropriação). Por outro lado contribuiria para fortalecer o próprio trabalhador, desenvolvendo suas energias físicas e mentais, abrindo-lhe os horizontes da imaginação e habilitando-o a assumir o começo da transformação social (p.80).

Como anteriormente foram apresentadas as colocações de alguns autores que estudam a noção de competência, neste momento, serão evidenciados alguns autores que defendem uma educação politécnica.

Acácia Kuenzer (op. cit., p. 129) menciona um trecho muito importante de Krupskaja, esposa de Lenin, citado na tese de doutorado da também pesquisadora do referido tema, Lucília Machado (op. cit.), a qual afirma que uma educação politécnica “não quer dizer uma escola onde se estudam muitos ofícios, mas onde ensina as crianças a compreender a essência dos processos de trabalho, a substância da atividade laboriosa do povo e as condições de êxito no trabalho”.

Para Kuenzer (op. cit.), a politecnicidade seria uma nova proposta para o ensino médio, comprometida com os interesses da classe operária. Assim sendo, em consequência deste novo princípio educativo que tem o trabalho como centro, o ensino médio será do ponto de vista da estrutura único e não dual como a atual; referente ao conteúdo será politécnico, propiciando a relação entre ciência, trabalho e relações sociais; do método será dialético englobando o conhecimento e processo produtivo; da gestão será democrática e das condições físicas, será moderna e

atualizada, contando com instrumentos e com lugares que permitam a aprendizagem do saber científico, tecnológico e histórico-crítico.

Expõe também que, com o avanço da ciência, é exigido do cidadão trabalhador cada vez mais apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, uma vez que a simplificação que caracteriza o processo produtivo atual é a expressão real da complexificação da tecnologia através da operacionalização do conhecimento (ibid.).

Sendo assim, no nível médio, a politecnicidade é a resposta para esses imperativos, compreendida como a aquisição histórico-crítica dos princípios e das habilidades instrumentais básicas que conduzem o trabalho em suas distintas formas, em concordância das necessidades sociais de desenvolvimento do trabalhador de novo tipo. A politecnicidade é “uma nova forma de recorte e de estruturação dos conteúdos, a partir dos processos de trabalho que desempenham funções sociais relevantes para a constituição da sociedade brasileira contemporânea” (ibid. p.139).

Kuenzer (ibid.) apresenta que os conteúdos do ensino politécnico deverão ser direcionados para uma proposta curricular que proporcione:

[...] a compreensão das relações sociais que dado processo de trabalho gera, em articulação com as relações sociais mais amplas, através de conteúdos histórico-críticos não tomados em si, mas à luz de processo de trabalho em questão; a aquisição dos princípios científicos subjacentes a cada forma tecnológica específica do processo de trabalho em discussão; a aquisição dos códigos e das formas de comunicação específicas de cada esfera produtiva; a discussão das formas de participação na vida social e política, a partir da participação no processo produtivo (p. 140).

Deste modo, o ensino politécnico se consolidaria por meio de um currículo que tenha o eixo trabalho como princípio educativo organizador, de tal maneira que os conteúdos se articulem enquanto totalidade, superando a fragmentação e autonomização de disciplinas (ibid.).

Dermeval Saviani (2003) escreve que a politecnicidade diz respeito ao conhecimento dos fundamentos científicos das diferentes técnicas expressas no sistema produtivo contemporâneo. O ensino politécnico não se refere a uma educação que forme um trabalhador adestrado para realizar com o mínimo de erros determinado trabalho e que se enquadre no mundo do trabalho para desenvolver uma específica habilidade. A politecnicidade trata-se do desenvolvimento multilateral, que

abrange todos os aspectos da prática produtiva na proporção em que irá se dominar os princípios da organização do processo produtivo.

Para Saviani (ibid.), a noção de politecnicidade desenvolve uma unidade indissolúvel entre os aspectos manuais e intelectuais, pois, como afirma, todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Expressa que a politecnicidade tenta trazer a compreensão da contradição ou dualidade que marca a sociedade capitalista, e em consonância também o direcionamento para a sua superação.

Segundo Sousa Junior (op. cit.), a politecnicidade é uma questão colocada pelo próprio capital, pois, os capitalistas têm exigido que o operário tenha determinadas capacidades que lhe proporcione trabalhar em diversos ramos da produção, atendendo deste modo as exigências feitas por eles. Entretanto, ele menciona em seu estudo que enquanto a burguesia defende a educação politécnica como meio para preparar a classe trabalhadora para que se possa atender as exigências de expansão do atual sistema, para Marx o ensino politécnico nasce como meio para que os trabalhadores dominem os fundamentos científicos, teóricos e práticos dos diversos processos de produção, atuando assim contra a alienação do trabalhador para com seu trabalho. Marx (apud ibid. p. 106) acreditava que:

[...] a educação politécnica somado à ginástica e ao conteúdo intelectual deveria elevar as classes trabalhadoras acima das demais justamente porque combinaria duas dimensões importantes do processo de trabalho ausente na formação dos filhos da burguesia, a dimensão intelectual e a dimensão prática.

Entretanto, sabemos que o alcance a este modelo de educação não será simples e nem rápido, pois, para que se tenha realmente uma educação politécnica dentro da visão de Marx, é necessário que o Estado invista muito neste campo, coisa que não tem feito no modelo atual descrito desde a introdução deste estudo. Porém, a classe trabalhadora não pode deixar de apresentar e defender um novo modelo de educação que supere o atual modelo dualista e consecutivamente rompa com a sociedade capitalista. Por isso, é importante defender uma formação politécnica que possibilite a elevação intelectual, prática e científica dos explorados acima da classe burguesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a educação politécnica tem como objetivo não ensinar muitos ofícios, mas ensinar as crianças a compreender a essência dos processos de trabalho, a substância da atividade laboriosa do povo e as condições de êxito no trabalho. Nesse sentido, o ensino politécnico não se refere a uma educação que forme um trabalhador adestrado para realizar com o mínimo de erros determinado trabalho e que se enquadre no mundo do trabalho para desenvolver uma específica habilidade.

A politecnicidade trata-se do desenvolvimento multilateral, que abrange todos os aspectos da prática produtiva na proporção em que irá se dominar os princípios da organização do processo produtivo. Sendo assim, a educação politécnica leva o homem ao pleno desenvolvimento de suas habilidades, visto que, permite o total acesso ao conhecimento produzido socialmente. Contudo, uma educação politécnica ao mesmo tempo em que é posta como a escola da sociedade futura indica a direção de luta no interior da sociedade burguesa, por uma escola que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARALDI, Élen Carla da Costa. Disciplina e politecnicidade da educação física no projeto soviético. 2006. 106f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/6594/1/>

DISCIPLINAEPOLITECNIADAEDUCA%C3%87%C3%83OF%C3%8dSICANOPROJETOSOVI%C3%89TICO.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 71-90.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-115.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 9-14.

KUENZER, Acacia. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acacia. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Educação & Sociedade, [online], Campinas, v. 28, n. 100 – especial. p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar. 2003.

SOUSA JUNIOR, Justino de. Politecnia e Onilateralidade em Marx. In: Trabalho & Educação. Belo Horizonte: Revista do NETE, jan/jul de 1999, n. 5, p. 98-114.